

PROPOSTAS - EIXO 1

NACIONAIS

Enfrentamento das Violações e Retrocessos

Combate à Violência contra Grupos Vulnerabilizados - Mulheres, crianças, adolescentes, pessoas idosas, pessoas LGBTI+, pessoas negras, povos indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, entre outros:

1. Solicitar a criação de abrigo municipal para mulheres em situação de vulnerabilidade social (Votuporanga)
2. Criar um programa de educação permanente em direitos humanos, nas escolas, serviços públicos, segurança pública com destaque para a polícia militar, com foco na prevenção da violência relacionada ao: racismo, intolerância religiosa, LGBTI+, bullying, e demais violações de direitos, discriminação, preconceito, no sentido de fomentar a necessidade de se falar dessa temática para evitar retrocessos aos direitos humanos. (Francisco Morato)
3. Ampliar a rede de serviços especializados de atendimento e proteção as vítimas de violência, instituindo delegacias especializadas para idosos, criança e adolescentes, garantindo funcionamento 24h, equipes multidisciplinares capacitadas e integração com saúde, assistência social, segurança pública, justiça e IML. (Guarujá)
4. Implementar no Estado de São Paulo o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra LGBT, instituído pela Decreto nº 11.848/2023 da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República, criando: a) Delegacias Especializadas em Atendimento à Violência sofridas pelas pessoas LGTBQIA+, em pelo menos uma unidade por região administrativa; b) uma capacitação para os servidores estaduais no enfrentamento à violência e à discriminação; e c) um Protocolo de Enfrentamento à Violência e Discriminação nas instituições de ensino básico e superior do Estado de São Paulo. (Vale do Paraíba)
5. Implementar políticas de enfrentamento à letalidade policial, com foco em adolescentes, jovens negros e pardos das periferias, com monitoramento independente e medidas preventivas. (Itaim Paulista)
6. Monitoramento dos fluxos e protocolos estabelecidos nas políticas públicas do Município para proteção de vítimas de violência. (Guarujá)

7. Proposta de que, havendo denúncia de violação contra a pessoa idosa, o Ministério Público e outros órgãos competentes utilizem todos os meios de investigação, independentemente da concordância da vítima ou do denunciante, até a elucidação do caso. (Campinas)
8. Combater a criminalização de pacientes e cultivadores solidários, assegurando o direito ao uso medicinal e ao cultivo para fins terapêuticos. (Campinas)
9. Criar mecanismos para denunciar e combater a violência patrimonial, financeira e psicológica. (Campinas)
10. Promover campanhas de conscientização sobre os direitos e os tipos de violência. (Campinas)
11. Reforçar a fiscalização para prevenir assédio financeiro, sequestros e manipulação de recursos. (Campinas)
12. Apoio e retomada de campanhas públicas de prevenção da violência e promoção da paz: Campanhas de desarmamento Campanhas de enfrentamento às violências contra crianças, adolescentes, jovens, mulheres, idosos e pessoas em situação de rua; Campanhas de combate ao feminicídio; Proteção dos defensores e defensoras de direitos humanos, com fortalecimento e promoção do Programa de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos. (Itaim Paulista)
13. Criar o Programa Nacional de Proteção Integral à Infância e Adolescência (PNPIA), transversal e permanente, articulando as áreas de Saúde, Educação, Assistência Social, Segurança Pública e Justiça para prevenir, identificar, atender e acompanhar casos de violência contra crianças e adolescentes (incluindo racismo, intolerância religiosa, LGBTfobia, capacitismo, xenofobia, violência doméstica, institucional, abuso sexual, entre outras). (São Paulo)

Proteção para defensores e defensoras de direitos humanos:

14. Desinvestimento dos serviços de opressão, como policiamento ostensivo e armamentos, para investimento em centros permanentes de Defensores de Direitos Humanos, operados preferencialmente por famílias de vítimas de violência do Estado, de maneira remunerada, com oferta de ações de acolhimento, encaminhamento e educação permanente em Proteção de Direitos Humanos para a comunidade e serviços da educação, saúde e assistência social (São Paulo – Campo Limpo)

Direitos Humanos e Acesso à Justiça e Cidadania:

15. Criar Ouvidoria com foco em direitos humanos (Votuporanga)
16. Integração das secretarias e criação de normativas de notificação à violência (Cubatão)

Enfrentamento ao racismo e todas as formas de discriminação:

17. Garantir que sejam efetivas as legislações contra a discriminação racial, étnica, religiosa e xenofóbica, em conformidade com a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (CERD) (Votuporanga)

Enfrentamento ao racismo religioso e à intolerância religiosa:

Sem propostas

Combate à tortura e ao tratamento cruel, desumano e degradante:

Sem propostas

Enfrentamento às violações de Direitos Humanos no mundo do trabalho:

Sem propostas

Enfrentamento às violências do campo:

Sem propostas

Direitos humanos e empresas:

18. Criar uma força tarefa intersetorial com o Ministério de Trabalho, Ministério Público, Segurança Pública e Sociedade Civil para atendimento de denúncias relacionadas à violação de direito. (Francisco Morato)

Enfrentamento ao trabalho análogo à escravidão:

19. Criar de política nacional para o combate ao trabalho análogo à escravidão e violência no trabalho. (Cubatão)

Combate ao tráfico de pessoas:

Sem propostas

Direitos humanos e segurança pública:

20. Fortalecer espaços de discussões para transparência e acesso às informações em relação ao orçamento da política de segurança pública como participação cidadã, que dialoguem com a nossa realidade, que fale com os nossos territórios (São Paulo – Campo Limpo)

21. Capacitar as forças de segurança acerca dos direitos humanos da população em situação de rua. (Vale do Paraíba)
22. Criar um mecanismo de cooperação entre a Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (OABSP) e a Secretaria de Segurança Pública, visando contribuir para a formação dos agentes de segurança. A proposta é incluir, nos treinamentos, conteúdos voltados aos direitos humanos, com foco na aplicação prática durante abordagens e demais condutas policiais. (OAB)
23. Avaliar e redistribuir o orçamento da segurança pública, no sentido de que o montante desse recurso, destinado principalmente para compra de armamento bélico, seja direcionado para políticas sociais, pensando de fato na garantia da promoção dos direitos humanos. Uma vez que esse orçamento exorbitante não produz resultados positivos na redução da violência e sensação de segurança. (São Paulo – Campo Limpo)
24. Segurança escolar na periferia - Proposta de Ação Integrada: política de aproximação entre escola, comunidade e órgãos de segurança pública, fortalecendo o diálogo, a prevenção e o acolhimento (São Paulo- Brasilândia- Fábrica de Cultura).
25. Programa de Segurança Cidadã e Abordagem Humanitária na Brasilândia: Implantar o Programa de Segurança Cidadã e Abordagem Humanitária na Brasilândia, com o objetivo de reduzir a letalidade policial, humanizar as ações de segurança pública e fortalecer o diálogo entre Estado e comunidade, assegurando a proteção da vida e o respeito aos direitos humanos no território (São Paulo- Brasilândia- Fábrica de Cultura).

ESTADUAL

Enfrentamento das Violações e Retrocessos

Combate à Violência contra Grupos Vulnerabilizados - Mulheres, crianças, adolescentes, pessoas idosas, pessoas LGBTI+, pessoas negras, povos indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, entre outros:

1. Ampliar a rede de serviços especializados de atendimento e proteção as vítimas de violência, instituindo delegacias especializadas para idosos, criança e adolescentes, garantindo funcionamento 24h, equipes multidisciplinares capacitadas e integração com saúde, assistência social, segurança pública, justiça e IML (Guarujá).
2. Monitoramento dos fluxos e protocolos estabelecidos nas políticas públicas do Município para proteção de vítimas de violência (Guarujá).
3. Implementar no Estado de São Paulo o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra LGBT, instituído pela Decreto nº 11.848/2023 da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República, criando: a) Delegacias Especializadas em Atendimento à Violência sofridas pelas pessoas LGTBQIA+, em pelo menos uma unidade por região administrativa; b) uma capacitação para os servidores estaduais no enfrentamento à violência e à discriminação; e c) um Protocolo de Enfrentamento à Violência e Discriminação nas instituições de ensino básico e superior do Estado de São Paulo (Vale do Paraíba).
4. Delegacias especializadas para crimes de ódio (Campinas).

5. Ampliação das delegacias da mulher 24 horas para o interior do estado (Campinas).
6. Criar Delegacia Especializada em crimes contra a pessoa idosa nos municípios, e ações conjuntas com os Conselhos Municipais do Idoso, OAB e Ministério Público (Campinas).
7. Proposta de que, havendo denúncia de violação contra a pessoa idosa, o Ministério Público e outros órgãos competentes utilizem todos os meios de investigação, independentemente da concordância da vítima ou do denunciante, até a elucidação do caso (Campinas).
8. Combater a criminalização de pacientes e cultivadores solidários, assegurando o direito ao uso medicinal e ao cultivo para fins terapêuticos (Campinas).
9. Criar mecanismos para denunciar e combater a violência patrimonial, financeira e psicológica (Campinas).
10. Promover campanhas de conscientização sobre os direitos e os tipos de violência (Campinas).
11. Reforçar a fiscalização para prevenir assédio financeiro, sequestros e manipulação de recursos (Campinas).
12. Criação de fundo de reparação à vítima (São Vicente).
13. Implementar políticas de enfrentamento à letalidade policial, com foco em adolescentes, jovens negros e pardos das periferias, com monitoramento independente e medidas preventivas (Itaim Paulista- São Paulo).
14. Desenvolvimento de mecanismos eficazes de diagnóstico, monitoramento e articulação de estratégias integradas — em âmbito municipal, estadual e nacional — para prevenir, identificar e enfrentar todas as formas de violência e violações aos direitos humanos. As ações devem envolver órgãos públicos, instituições de ensino, sociedade civil e redes de proteção, garantindo respostas rápidas e coordenadas. É essencial a criação de indicadores, bancos de dados e protocolos de atendimento que assegurem transparência, efetividade e respeito às vítimas (Itaim Paulista- São Paulo).
15. Apoio e retomada de campanhas públicas de prevenção da violência e promoção da paz: ~~Campanhas~~~~campanhas~~ de desarmamento ~~Campanhas;~~ ~~campanhas~~ de enfrentamento às violências contra crianças, adolescentes, jovens, mulheres, idosos e pessoas em situação de rua; ~~Campanhas~~~~campanhas~~ de combate ao feminicídio; ~~Proteção~~ ~~proteção~~ dos defensores e defensoras de direitos humanos, com fortalecimento e promoção do Programa de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos (Itaim Paulista- São Paulo).

16. Instituir temáticas transversais através de serviços, programas e projetos que possam abordar as tipificações de forma clara sobre violência racismo violência de gênero, tortura e deficiência entre outras (Cubatão).

Proteção para defensores e defensoras de direitos humanos:

17. Desinvestimento dos serviços de opressão, como policiamento ostensivo e armamentos, para investimento em centros permanentes de Defensores de Direitos Humanos, operados preferencialmente por famílias de vítimas de violência do Estado, de maneira remunerada, com oferta de ações de acolhimento, encaminhamento e educação permanente em Proteção de Direitos humanos para a comunidade e serviços da educação, saúde e assistência social (São Paulo- Campo Limpo).
18. Fortalecer Rede de Proteção às Lideranças Comunitárias, oferecendo apoio jurídico, psicológico e medidas de segurança (São Paulo- Sapopemba)

Direitos Humanos e Acesso à Justiça e Cidadania:

19. Criar ações de defesa de direitos humanos pela defensoria pública gratuita (Votuporanga)
20. Criar Ouvidoria com foco em direitos humanos (Cubatão).
21. Criar uma sede da Defensoria Pública na cidade (Cubatão).
22. Ampliar o acesso à justiça e à cidadania para a população periférica, por meio da criação e fortalecimento de núcleos de assistência jurídica gratuita, itinerante e comunitária, com presença ativa em territórios vulnerabilizados (São Mateus- São Paulo).
23. Priorizar o atendimento e os processos judiciais relacionados às pessoas idosas (Campinas).

Enfrentamento ao racismo e todas as formas de discriminação:

Sem propostas

Enfrentamento ao racismo religioso e à intolerância religiosa:

Sem propostas

Combate à tortura e ao tratamento cruel, desumano e degradante:

Sem propostas

Enfrentamento às violações de Direitos Humanos no mundo do trabalho:

Sem propostas

Enfrentamento às violências do campo:

Sem propostas

Direitos humanos e empresas:

Sem propostas

Enfrentamento ao trabalho análogo à escravidão:

24. Criar uma força tarefa intersetorial com o Ministério de Trabalho, Ministério Público, Segurança Pública e Sociedade Civil para atendimento de denúncias relacionadas à violação de direito (Francisco Morato).

Combate ao tráfico de pessoas:

Sem propostas

Direitos humanos e segurança pública:

25. Integração das secretarias e criação de normativas de notificação à violência (Cubatão).
26. Fortalecer espaços de discussões para transparência e acesso às informações em relação ao orçamento da política de segurança pública como participação cidadã, que dialoguem com a nossa realidade, que fale com os nossos territórios (São Paulo- Campo Limpo).
27. Avaliar e redistribuir o orçamento da segurança pública, no sentido de que o montante desse recurso, destinado principalmente para compra de armamento bélico, seja direcionado para políticas sociais, pensando de fato na garantia da promoção dos direitos humanos. Uma vez que esse orçamento exorbitante não produz resultados positivos na redução da violência e sensação de segurança (São Paulo- Campo Limpo).
28. Capacitar as forças de segurança acerca dos direitos humanos da população em situação de rua (Vale do Paraíba).
29. Reelaborar o Projeto de Educação de Direitos Humanos para as Forças de Segurança Pública (São Paulo).
30. Criar o Plano Estadual de Segurança Cidadã, fortalecendo o CONDEPE, garantindo financiamento e formação continuada em direitos humanos para agentes públicos, contendo: Protocolo Obrigatório de Atendimento Policial; ampliação da fiscalização do uso das câmeras corporais com auditoria externa; ampliação das delegacias especializadas regionais (DECRADI); criação de um Observatório de Combate ao Racismo, ao Capacitismo, à

Intolerância Religiosa e a outras formas de discriminação, com participação social e produção de dados para formulação de políticas públicas; e garantia da proteção legal da pessoa com deficiência (São Paulo).

31. Criar a Comissão Estadual para desmilitarização das Polícias, composta por representantes do governo, do Ministério Público, Defensoria, da sociedade civil e entidades de direitos humanos (São Paulo).
32. Implantar o uso de câmeras corporais pela Polícia Militar (Bauru).
33. Desmilitarizar a Polícia Militar (Bauru).
34. Implementação imediata de câmeras de gravação ininterrupta em toda a corporação da Polícia Militar, visando um controle efetivo das ações de Segurança Pública do estado, garantindo Direitos Humanos ao Povo Paulista (Bauru).
35. Criar um mecanismo de cooperação entre a Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (OABSP) e a Secretaria de Segurança Pública, visando contribuir para a formação dos agentes de segurança. A proposta é incluir, nos treinamentos, conteúdos voltados aos direitos humanos, com foco na aplicação prática durante abordagens e demais condutas policiais (OAB).
36. Transparência nos Protocolos de Atuação. Tornar públicos os protocolos operacionais da Polícia Militar e da Guarda Civil Municipal, especialmente no que se refere às abordagens e demais formas de atuação. Embora tais protocolos existam, pelo que se houve, permanecem inacessíveis à sociedade. Propõe-se, ainda, a realização de um processo de revisão desses documentos com participação da Comissão de Direitos Humanos (CDH OABSP) e da sociedade civil (OAB).
37. Segurança escolar na periferia - Proposta de Ação Integrada: política de aproximação entre escola, comunidade e órgãos de segurança pública, fortalecendo o diálogo, a prevenção e o acolhimento (São Paulo- Brasilândia- Fábrica de Cultura).
38. Programa de Segurança Cidadã e Abordagem Humanitária na Brasilândia: Implantar o Programa de Segurança Cidadã e Abordagem Humanitária na Brasilândia, com o objetivo de reduzir a letalidade policial, humanizar as ações de segurança pública e fortalecer o diálogo entre Estado e comunidade, assegurando a proteção da vida e o respeito aos direitos humanos no território (São Paulo- Brasilândia- Fábrica de Cultura).

MUNICIPAIS

ENFRENTAMENTO DAS VIOLAÇÕES E RETROCESSOS

Combate à Violência contra Grupos Vulnerabilizados - Mulheres, crianças, adolescentes, pessoas idosas, pessoas LGBTI+, pessoas negras, povos indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, entre outros:

1. Criação de rede social institucional. (Votuporanga)
2. Criação, ampliação e divulgação de levantamento de dados sobre segmentação da população e de violação de direitos humanos. (Votuporanga)
3. Criação de espaço para denúncia de violações de direitos no aplicativo "Conecta Votu". (Votuporanga)
4. Solicitar a criação de abrigo municipal para mulheres em situação de vulnerabilidade social. (Votuporanga)
5. Integração das secretarias e criação de normativas de notificação à violência. (Cubatão)

6. Criar o observatório municipal de combate à violência com dados separados por gênero, raça, idade e território para subsidiar políticas públicas. (Francisco Morato)
7. Criar o observatório municipal de combate à violência com dados separados por gênero, raça, idade e território para subsidiar políticas públicas. (JD Iguatemi)
8. Implantação do Conselho Tutelar do Iguatemi. (São Paulo- Iguatemi)
9. Ampliar a rede de proteção social e desenvolver com financiamento assegurado no orçamento, programas integrados de inclusão (incluindo moradia digna), prevenção e combate à violência, ao preconceito e à desinformação (incluindo racismo, intolerância religiosa, LGBTfobia, aporofobia, etarismo, capacitismo, xenofobia e outras violências às minorias) e formação obrigatória sobre Direitos Humanos, atendimento humanizado e combate à discriminação para todos(as) profissionais dos serviços públicos. (São Paulo)
10. Criar e fortalecer Protocolos Municipais para acolhimento humanizado de vítimas de violência. (Bauru)
11. Implantar um ciclo formativo em Direitos Humanos de atividades de inclusão e inserção das pessoas LGBTQIAPN + nas ações de mobilização municipal, para acesso aos serviços públicos ofertados pelo município, com busca ativa dessa população e cadastramento em CRAS/CREAS para inserção na política municipal de proteção. (Bauru)
12. Fortalecer a rede de proteção e atendimento de denúncias de violência contra idosos, com campanhas educativas, apoio jurídico e atendimento psicossocial especializado e campanhas permanentes de conscientização sobre o Estatuto da Pessoa Idosa. (Bauru)
13. Estabelecer canais diretos de denúncia e mecanismos céleres de responsabilização de agentes públicos e privados que promovam despejos ilegais ou pratiquem violência (Sapopemba)
14. Transparência nos Protocolos de Atuação. Tornar públicos os protocolos operacionais da Polícia Militar e da Guarda Civil Municipal, especialmente no que se refere às abordagens e demais formas de atuação. Embora tais protocolos existam, pelo que se houve, permanecem inacessíveis à sociedade (OAB).
15. Propõe-se, ainda, a realização de um processo de revisão desses documentos com participação da Comissão de Direitos Humanos (CDH OABSP) e da sociedade civil. (OAB)
16. Combater a criminalização de pacientes e cultivadores solidários, assegurando o direito ao uso medicinal e ao cultivo para fins terapêuticos. (Campinas)
17. Priorizar o atendimento e os processos judiciais relacionados às pessoas idosas. (Campinas)

18. Criar mecanismos para denunciar e combater a violência patrimonial, financeira e psicológica. (Campinas)
19. Promover campanhas de conscientização sobre os direitos e os tipos de violência. (Campinas)
20. Reforçar a fiscalização para prevenir assédio financeiro, sequestros e manipulação de recursos. (Campinas)
21. Delegacias especializadas para crimes de ódio. (Campinas)
22. Ampliação das delegacias da mulher 24 horas para o interior do estado. (Campinas)
23. Criar Delegacia Especializada em crimes contra a pessoa idosa nos municípios, e ações conjuntas com os Conselhos Municipais do Idoso, OAB e Ministério Público. (Campinas)
24. Manifestar posicionamento contrário à implementação e ao apoio, pelos governos estadual, municipal e federal, às escolas cívico-militares, por entender que este modelo fere os princípios da gestão democrática, da liberdade pedagógica e da educação inclusiva e plural, previstos na Constituição Federal e na LDB. Defender o fortalecimento da escola pública, democrática, laica e de qualidade socialmente referenciada. (São Paulo- Itaim Paulista)
25. Retomar e ampliar políticas públicas voltadas à infância e adolescência, incluindo a reabertura e expansão dos Centros para Crianças e Adolescentes (CCAs), garantindo atendimento integral e inclusivo. (São Paulo- Itaim Paulista)
26. Fortalecer as ouvidorias e os mecanismos de controle social interno e externo sobre as instituições de segurança pública, garantindo transparência, *accountability* e participação popular. (São Paulo- Itaim Paulista)
27. Implementar políticas de enfrentamento à letalidade policial, com foco em adolescentes, jovens negros e pardos das periferias, com monitoramento independente e medidas preventivas. (São Paulo- Itaim Paulista)
28. Apoio e retomada de campanhas públicas de prevenção da violência e promoção da paz: Campanhas de desarmamento Campanhas de enfrentamento às violências contra crianças, adolescentes, jovens, mulheres, idosos e pessoas em situação de rua; Campanhas de combate ao feminicídio; Proteção dos defensores e defensoras de direitos humanos, com fortalecimento e promoção do Programa de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos. (São Paulo- Itaim Paulista)
29. Enfrentamento das Violações e Retrocessos - Criar plano interinstitucional (Município, Estado e União) para garantir acesso integral à saúde, educação e emprego para imigrantes. (CONDEPE)

Proteção para Defensores e Defensoras de Direitos Humanos:

Sem propostas

Direitos Humanos e Acesso à Justiça e Cidadania:

30. Ampliar o acesso à justiça e à cidadania para a população periférica, por meio da criação e fortalecimento de núcleos de assistência jurídica gratuita, itinerante e comunitária, com presença ativa em territórios vulnerabilizados. (São Paulo- São Matheus)
31. Garantir campanhas de informação sobre direitos, mediação de conflitos e apoio à regularização de documentos, promovendo a efetiva inclusão social e a defesa dos direitos fundamentais. (São Paulo- São Matheus)
32. Ampliar o acesso da população em vulnerabilidade à cultura, esporte e lazer, descentralizando as ações do DEA. (Bauru)
33. Implantar um ciclo formativo em Direitos Humanos de atividades de inclusão e inserção das pessoas LGBTQIAPN + nas ações de mobilização municipal, para acesso aos serviços públicos ofertados pelo município, com busca ativa dessa população e cadastramento em CRAS/CREAS para inserção na política municipal de proteção. (Bauru)
34. Garantir a oferta por parte do poder público municipal capacitação permanente e continuada através da EGPM (Escola de Gestão Pública Municipal de Bauru) e/ou do programa Capacita, aos servidores públicos a respeito de minorias e grupos vulneráveis, com ênfase ao atendimento da população LGBTQIAPN+, prevendo a remuneração de profissionais qualificados que integrem a comunidade LGBTQIAPN+, com flexibilidade de horários e turmas, ainda que aos finais de semana com remuneração de horas extras aos participantes, com aporte de recursos. (Bauru)
35. Implementar protocolos humanitários para ações policiais em ocupações, com formação em direitos humanos e presença obrigatória de órgãos de controle externo. (São Paulo- Sapopemba)
36. Realizar diagnóstico participativo dos conselhos municipais, mapeando cobertura, composição e entraves (Sapopemba)
37. Promover campanhas de conscientização sobre os direitos e os tipos de violência. (São Paulo- Sapopemba)
38. Segurança escolar na periferia - Proposta de Ação Integrada: política de aproximação entre escola, comunidade e órgãos de segurança pública, fortalecendo o diálogo, a prevenção e o acolhimento (São Paulo- Brasilândia-Fábrica de Cultura).
39. Programa de Segurança Cidadã e Abordagem Humanitária na Brasilândia: Implantar o Programa de Segurança Cidadã e Abordagem Humanitária na

Brasilândia, com o objetivo de reduzir a letalidade policial, humanizar as ações de segurança pública e fortalecer o diálogo entre Estado e comunidade, assegurando a proteção da vida e o respeito aos direitos humanos no território (São Paulo- Brasilândia- Fábrica de Cultura.

Enfrentamento ao racismo e todas as formas de discriminação:

Sem propostas

Enfrentamento ao racismo religioso e à intolerância religiosa:

Sem propostas

Combate à tortura e ao tratamento cruel, desumano e degradante:

Sem propostas

Enfrentamento às violações de Direitos Humanos no mundo do trabalho:

Sem propostas